



Décio Munhoz: o desequilíbrio vai continuar.

Dívida: as opções do Brasil em discussão.

Países como o Brasil não devem falar em moratória, pois essa é uma situação imposta pelos credores, afirmou ontem em São Paulo o economista Décio Munhoz, da Universidade de Brasília. Explicou que o país que tenta honrar os compromissos da dívida externa no estreito espaço concedido pela política econômica dos países industrializados se assemelha a um cavalo faminto atraído por uma cenoura inatingível. Segundo ele, a economia mundial continuará desequilibrada enquanto os países ricos não compreenderem que as nações periféricas são diferentes:

"Só há três maneiras de um país pagar o serviço da dívida: ou usa a Casa da Moeda para emitir dólar, ou encontra mercados abertos para exportar, ou recebe novos empréstimos. Como as três alternativas estão bloqueadas, os países devedores estão sendo agredidos e pressionados a fazer concessões que nada têm a ver com a dívida, como a abertura do mercado de informática ou do mercado financeiro domésticos".

Ao participar de um dos painéis da Conferência Internacional sobre a Dívida Externa dos Países em Desenvolvimento, que está sendo realizado no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo, Munhoz disse ainda que não há necessidade de se declarar moratória:

"Se tivermos saldos na balança comercial, devemos pagar. Se não temos saldos, não precisamos declarar formalmente moratória".

"Aventura da moratória"

O economista norte-americano, William Cline, disse que o Brasil cometerá um erro histórico se, pelas pressões políticas internas, "entrar agora na aventura da moratória". Ele considera que houve uma grande deterioração do quadro econômico nacional, que parecia um verdadeiro sucesso há algumas semanas e que agora está diante de um colapso da balança comercial. A queda das exportações, segundo Cline, é compreensível porque o exportador não deve sentir-se estimulado em colocar sua merca-

doria no Exterior e depois receber um dólar que vale menos da metade do preço praticado no mercado paralelo.

Cline considera que, apesar dessa deterioração das contas externas, o Brasil tem condições de renegociar a dívida e obter recursos novos a partir do próximo ano. Numa análise mais ampla sobre a economia mundial, observou que os EUA deverão prosseguir na política de desvalorização do dólar para reduzir progressivamente, em dois anos, o déficit externo de US\$ 150 bilhões para aproximadamente US\$ 90 bilhões. Essa queda, segundo ele, é importante para evitar as pressões internas a favor de medidas protecionistas.

Ao analisar as atuais condições de financiamento para os países em desenvolvimento, o economista norte-americano afirmou que as nações endividadas deveriam reduzir o pagamento dos juros a um nível máximo de 25% de suas exportações. Com isso, os bancos credores se mostrariam dispostos a oferecer novos recursos e os devedores conseguiriam retornar ao mercado de crédito voluntário. Numa primeira etapa, ganharia ênfase o crédito comercial, na medida em que ele é mais atraente para os pequenos e médios bancos do que os financiamentos de longo prazo não necessariamente ligados a transações com produtos, disse. Assim, os devedores poderiam também retomar seu crescimento.

Quanto à fórmula de conversão da dívida em investimento, considerou tratar-se de uma solução de pouca abrangência e de difícil generalização para o problema global do endividamento.

Já o economista francês Michel Aglietta disse que o ajuste norte-americano terá de ser acompanhado de uma retomada do crescimento das importações da Alemanha e o Japão. Se não houver essa compensação no comércio mundial, os países em desenvolvimento enfrentarão dificuldades ainda maiores para reduzir seus desequilíbrios de balanço de pagamentos, acrescentou.